



**Artigo original**

## **O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe**

**Rita Gonçalves e Tjerk Hagemeijer**

*Universidade de Lisboa, Portugal*

**RESUMO:** O presente artigo tem como principais objetivos (i) relacionar aspetos históricos e sociolinguísticos das ilhas de São Tomé e Príncipe com a emergência da variedade do português de São Tomé (PST); e (ii) discutir os fatores responsáveis pela formação do PST, designadamente os implicados na aquisição das propriedades de subcategorização verbal. Tendo em conta que o português em São Tomé constitui atualmente a L1 dominante, resultante de variedades interlinguísticas de L2, discutiremos de que modo o contato linguístico com o forro, o crioulo local, é responsável pela variação observada nas grelhas argumentais dos verbos. Mostraremos que uma hipótese baseada unicamente em transferência do forro (santome) é insuficiente para responder à variação observada no PST e que a fixação de diferentes valores de parâmetro e, conseqüentemente, a emergência de estruturas distintas das exibidas pelo português europeu (PE), está relacionada com a interpretação sintático-semântica que os falantes fazem dos eventos descritos pelos verbos, bem como dos traços que comportam as preposições que introduzem os argumentos por estes subcategorizados.

**Palavras-chave:** São Tomé e Príncipe, variedades do português, estrutura argumental, variação linguística

## **Portuguese in a multilingual environment: The case of São Tomé and Príncipe<sup>1</sup>**

**ABSTRACT:** The aim of this paper is to (i) relate historical and sociolinguistic aspects of the islands of São Tomé and Príncipe with the emergence of the variety of Portuguese of São Tomé; and (ii) to discuss the factors that led to its formation, in particular those involved in the acquisition of selection properties of verbs. Considering that Portuguese is currently the dominant L1, having diachronically resulted from L2 interlanguage varieties, we will discuss how language contact with local creole Santome (forro) is responsible for the variation observed in the argument structure of verbs. It will be shown that a hypothesis based exclusively on transfer from Santome is insufficient to deal with the variation found in PST and that the different parameter settings in comparison to those of European Portuguese is, on the one hand, related with the speaker's syntactic and semantic interpretation of events described by the verbs and, on the other, by the features of the prepositions that introduce the arguments they select.

**Keywords:** São Tomé and Príncipe, varieties of Portuguese, argument structure, language variation

Correspondência para: (correspondence to:) ritamg@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O gradual aumento do número de falantes do português L1 e L2 a partir de finais do século XIX e a acelerada nativização a partir da independência de S. Tomé e Príncipe, impulsionou a emergência de uma nova variedade de português no contexto multilingue que caracteriza as ilhas de São Tomé e Príncipe. Fruto de variedades interlinguísticas de português L2, o português constitui atualmente a L1 da maior parte da população. Neste sentido,

como referem Lucchesi e Baxter (2009, p. 101), as variedades de segunda língua que se formam em condições de contacto linguístico variam de acordo com as especificidades de cada contexto histórico. Tendo em conta que, ao adquirir uma segunda língua, os falantes já têm conhecimento da sua L1, o processamento dos dados linguísticos primários a que estão expostos é condicionado por esse conhecimento. Deste modo, o presente artigo tem como principais objetivos apresentar os fatores históricos e sociolinguísticos intervenientes na evolução do panorama

linguístico das ilhas e avaliar a adequação da hipótese de *Full Transfer/Full Access* (SCHWARTZ e SPROUSE, 1994, 1996; WHITE, 2003) para o tratamento das propriedades de subcategorização verbal do português de São Tomé (PST). Especificamente, pretendemos (i) verificar o papel das línguas crioulas autóctones, e de modo particular do forro, o crioulo dominante, no processo de aquisição do português L2; e (ii) discutir até que ponto a (re)fixação de parâmetros, em função do *input* do português a que os falantes estão expostos, é mediada pelo acesso à Gramática Universal (GU).

Na secção 2, ocupar-nos-emos dos processos implicados na configuração linguística de São Tomé e Príncipe e na emergência do PST. A secção 3 é dedicada à caracterização das propriedades de subcategorização verbal no PST. Tendo por base um *corpus* de dados orais, analisaremos a variação na estrutura argumental dos verbos de transferência material e percetual e dos verbos de movimento direcionado, e discutiremos de que modo as propriedades exibidas pelo PST são partilhadas por outras variedades do português. Na secção 4, discutiremos os dados, mostrando que há evidência para a validação da hipótese de *Full Transfer/Full Access*. Por um lado, a generalização da tendência para a (di)transitivização direta no PST, particularmente com as classes verbais em análise, parece estar dependente do contacto linguístico com o forro, uma vez que nesta língua os verbos subcategorizam essencialmente SNs (= *Full Transfer*); por outro lado, o facto de as mesmas classes verbais subcategorizarem igualmente SPs mostra que, no processo de aquisição do português em São Tomé, a par da transferência das línguas crioulas, convergem propriedades gerais da gramática (= *Full Access*). Na secção 5, serão apresentadas as considerações finais.

## CONFIGURAÇÃO LINGUÍSTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

### Contextualização Histórica

O atual panorama linguístico de São Tomé

e Príncipe foi-se moldando ao longo dos últimos cinco séculos, com especial relevo para dois períodos históricos que estão intrinsecamente ligados a diferentes ciclos económicos: a primeira colonização, a que corresponde o ciclo de açúcar, e a segunda colonização, marcada pelas culturas de café e cacau.

A primeira colonização inicia-se com o povoamento definitivo de São Tomé em 1493 e termina com o declínio do ciclo de açúcar, em finais do século XVI. Do contacto entre os portugueses e os africanos que povoaram a ilha terá surgido um *pidgin* capaz de assegurar a comunicação básica num contexto multilingue. A rápida expansão e nativização deste *pidgin* deu origem a um crioulo de base lexical portuguesa, que passou a ser a língua da comunidade de escravos (livres). A continuação no tempo desta proto-língua é a língua que hoje é conhecida como forro, o crioulo maioritário de São Tomé e Príncipe.<sup>2</sup> Em consequência da difusão desta língua para as ilhas do Príncipe e de Annobón e para o interior da ilha de São Tomé no decurso do século XVI, falam-se hoje mais três crioulos para além do forro: o 'lung'ie<sup>3</sup>, o 'fa d'ambô<sup>4</sup> e o 'angolar'.<sup>5</sup> Apesar de descenderem da mesma proto-língua, a inteligibilidade mútua entre estas quatro línguas é hoje limitada.<sup>6</sup>

Um conjunto de fatores, tais como a melhor qualidade do açúcar no Brasil e os ataques aos engenhos por escravos fugidos, ditou o fim do ciclo de açúcar, tendo os plantadores são-tomenses começado a abandonar a ilha rumo ao Brasil em finais do século XVI. Apesar do colapso da produção açucareira, São Tomé continua a desempenhar um papel importante como entreposto no tráfico transatlântico de escravos.

A partir da segunda metade do século XIX, São Tomé volta a ser o palco de um novo ciclo económico, desta vez ligado às culturas de cacau e de café – a segunda colonização. O início deste período coincide com a abolição da escravatura, em 1869, e com a abolição

formal da condição jurídica de libertos, em 1875, provocando em São Tomé e Príncipe uma grave crise de mão-de-obra, já que os escravos recém-libertos se recusavam a trabalhar nas empresas agrícolas. O estratagema encontrado pelo regime colonial para colmatar a escassez de mão-de-obra foi o regime de contrato, instituído em 1875, que consistia

na contratação de trabalhadores, os contratados (ou serviçais), em outras colónias portuguesas, designadamente Angola, Cabo Verde e Moçambique. A reviravolta social causada pela instituição do regime de contrato fica patente nos dados demográficos apresentados na Tabela 1, que compõe uma parte dos dados apresentados em Nascimento (2000).

**TABELA 1: Evolução da população de São Tomé e Príncipe (1807-1950)**

Ano	Nativos <sup>7</sup>	Portugueses <sup>8</sup>	Serviçais	Total
1807	11.636	121	-	11.767
1827			-	12.713
1843	12.568	185	-	12.753
1860	10.282	151	-	10.433
1870	17.568	449	-	18.017
1875	?	741	?	29.441
1900	18.128	1.012	18.033	42.103
1921	19.196	998	38.697	59.055
1940	31.036	995	28.459	60.490
1950	34.947	1.152	24.060	60.159

Os dados mostram que, a partir de 1870, o número de contratados nas ilhas passa a representar cerca de metade da população, havendo também um aumento substancial do número de portugueses em função do novo ciclo económico. É de notar ainda que os contratados estavam, em larga medida, confinados às empresas agrícolas onde trabalhavam e, por conseguinte, segregados dos forros, os escravos libertos.

### A Evolução do Contexto Linguístico

A segunda colonização pode ser considerada o início de uma profunda alteração da situação linguística, em que o português começa a interromper o domínio das línguas crioulas e se consolida a L1 dominante. As escassas referências à situação linguística de São Tomé e Príncipe anterior ao século XX mostram que, até à entrada da segunda colonização, os crioulos predominavam. Em 1766, entre as duas colonizações, Pinheiro da Câmara (1766)<sup>9</sup> faz a seguinte observação sobre a situação linguística:

He de saber que a gente natural destas ilhas tem língoa sua e completa, com prenuncia labeal, mas de que não me

consta haver inscripção alguma, e hé certo que todos sabem falar a portuguesa, não sendo negros do mato, ou novamente resgatados, além dos muitos que falam a língoa franca, ao menos na parte que baste para o commercio com os estrangeiros (...)

Este trecho mostra que, no século XVIII, o crioulo (forro) é a língua materna de grande parte da população nativa de São Tomé; o espaço do português é mais limitado e adivinha-se ser sobretudo de L2. Um século mais tarde, no início da segunda colonização, o testemunho de Melo e Almada (1884) reforça esta relação entre as línguas:

[t]odos os [forros] que não têm uma tal ou qual posição, ou relações mais ou menos frequentes com a colónia branca, desconhecem o português; e a mulher nativa, até mesmo a que pertence à primeira das classes, não sabe a nossa língua ou a fala mal (...) (p. 184)

Na ilha Príncipe, há também evidência indireta para o domínio do crioulo (lung'ie), como mostra o seguinte trecho,

retirado de uma carta de 1771 do ouvidor geral Caetano Bernardo Pimentel Castro de Mesquita para o secretário de Estado Martinho de Mello e Castro:

[s]ão poucos os seus habitantes brancos, quase todos homens que mal sabem ler; os pardos e pretos poucos sabem e esses mesmos não entendem nem falam bem a língua portuguesa.<sup>10</sup> (MESQUITA).

Destes poucos testemunhos, conclui-se que, pelo menos até finais do século XIX, as línguas crioulas dominam a paisagem linguística das ilhas. A utilização do português parece estar circunscrita aos contextos que requerem uma relação mais direta com o regime colonial, havendo, em princípio, poucos falantes nativos desta língua.

A chegada de grandes contingentes de contratados durante a segunda colonização (cf. Tabela 1) vem contribuir para uma diversidade linguística ainda maior. Para além do português e dos três crioulos autóctones que surgiram durante a primeira colonização, São Tomé e Príncipe passa também a acolher as línguas dos contratados, com destaque para as línguas bantas, como o umbundo, e o crioulo de Cabo Verde. Destas línguas, apenas o caboverdiano é, ainda hoje, amplamente falado<sup>11</sup>, o que se deve a fatores como o baixo índice de repatriamentos de cabo-verdianos (SEIBERT, 2001, p. 162)<sup>12</sup> e a estreita relação entre a identidade cabo-verdiana e o seu crioulo.

Tal como acontecera com os escravos africanos que durante séculos foram chegando a São Tomé, os contratados também não falavam português, como fica patente nas palavras de Ribeiro (1877,) relativas aos serviçais angolanos:

Fallam o n'bundo, nos diferentes dialectos que se encontram na Africa central e occidental, alguns dos quaes são muito distinctos. É, todavia, por intermedio de interpretes do n'bundo que os patrões que desconhecem esta lingua se

entendem mais ou menos com os serviçais (p. 38).

A língua que os contratados tipicamente começaram a adotar como L2 era o português e não o forro. Em virtude do seu estatuto de libertos, os forros que viviam, na sua maioria, nos matos e nas vilas mantinham-se segregados dos contratados, que viviam nas senzalas das empresas agrícolas. A diluição dos contratados e seus descendentes, os chamados tongas, nos forros foi, por isso, um processo gradual para o qual contribuíram particularmente os concubinatos de homens forros com mulheres tongas (EYZAGUIRRE, 1988, p. 346-351). Da exposição dos contratados ao português resultou, inclusive, uma nova variedade de contacto, o chamado português dos tongas (e.g. BAXTER 2002; 2004; ROUGÉ, 1992), que era falado nas senzalas de empresas agrícolas com maior dimensão, como Monte Café ou Agostinho Neto, onde havia um grande número de falantes de línguas bantas, em particular do umbundo. Devido a todas as alterações que a independência desencadeou, hoje não restará muito do português dos tongas, mas o seu legado linguístico contribuiu para o que é hoje a variedade de português de São Tomé e Príncipe.

No tempo colonial, o acesso ao português era limitado para a maioria dos são-tomenses<sup>13</sup> mas, paradoxalmente, não saber falar português era considerado boçal ou incivilizado (PONTES, 2006, p. 24). Especialmente durante o Estado Novo, o regime exerceu repressão linguística ao proibir que fossem faladas as línguas crioulas por serem consideradas uma ameaça para o regime.<sup>14</sup> A elite urbana, assimilada, exprimia-se tendencialmente em português para promover uma melhor integração na estrutura colonial (MATA, 2010, p. 16-7). No entanto, como refere Lima (2009, p. 92), aqueles que pertenciam a esta elite seriam, em muitos casos, bilingues, como fica demonstrado neste trecho a propósito do forro:

A gente superior ou mais culta não lhe perde o amor nem o

hábito de a falar entre si. Há até alguns que pretendem que ela se escreve e tem gramática. Tal pretensão, porém, apenas representa uma vaidade da parte de um ou outro indígena mais *litterato* (MELO e ALMADA, 1884, p. 184)

Neste quadro complexo, marcado pela clivagem social, inclusive no seio dos próprios forros, o português, embora tipicamente língua não materna, começou a consolidar-se cada vez mais como principal língua veicular ao longo do século XX. Mas a tendência para a nativização do português parece ter-se acentuado sobretudo depois da independência, e está relacionada com fatores como a escolha do português como língua oficial exclusiva, a massificação da escolarização em português e o aumento da mobilidade social. De língua da elite e dos domínios altos, o português passou a ser a língua de todos os contextos comunicativos, altos e baixos, da maioria dos são-tomenses. A atual hegemonia do português nas ilhas é

também promovida pela ausência de uma política linguística pró-crioula sustentada. A questão da valorização das línguas nacionais veio muitas vezes à tona, mas não produziu estratégias concretas e duradouras para o futuro.<sup>15</sup> Desta forma, a estigmatização dos crioulos, herdada do tempo colonial, não foi devidamente ultrapassada, impedindo, em definitivo, a construção de uma identidade crioula ligada às línguas crioulas. Por todas estas razões, São Tomé e Príncipe é hoje a ex-colónia portuguesa onde se regista o maior número de falantes nativos do português, o que significa também que todos os crioulos autóctones de São Tomé e Príncipe estão ameaçados.

Na Tabela 2, apresentamos a evolução histórica do número de falantes por língua em relação à população com base nos censos do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe.<sup>16</sup> Note-se que, em 2012, pela primeira vez, foram incluídos o angolano e o caboverdiano.<sup>17</sup>

**TABELA 2 - Número de falantes por língua (1981-2012).**

	População total	Português	Forro	Lung'le	Angolar	Caboverdiano
<b>1981</b>	96.661	60.519	54.387	1.533	-	-
<b>1991</b>	117.504	94.907	69.899	1.558	-	-
<b>2001</b>	137.599	136.085	99.621	3.302	-	-
<b>2012</b>	187.356	170.309	62.889	4.224	11.413	14.725

Comparando os números de falantes do português e do forro nos censos de 1981 e de 2012, é visível a diminuição acentuada do número de falantes do forro, acompanhada do aumento do número de falantes do português. Os dados sugerem que, em 1981, havia mais monolíngues em português e em forro, ao passo que o censo mais recente reforça a tendência para um crescente monolíngüismo em português. Por outras palavras, a situação de diglossia relativamente estável que se verificava no tempo colonial, em que o português era a língua dos domínios altos e o forro a língua dos domínios baixos, deu origem a um contexto de diglossia instável que se caracteriza pela generalização do português em todos

os domínios, em detrimento dos crioulos. Esta transformação da situação linguística confere ao português uma dimensão glotofágica muito mais alargada do que, por exemplo, em Moçambique (e.g. FIRMINO, 2008; GONÇALVES, 2012). Trata-se, inclusive, de um contexto único no plano das antigas línguas coloniais em África, que são tipicamente línguas maternas minoritárias.

Os dados estatísticos que constam na Tabela 2 devem ser interpretados como tendências e não estão isentos de alguns pontos melindrosos. Embora seja inquestionável que o português é atualmente a língua materna predominante em São Tomé e Príncipe, os censos não fizeram distinção entre o uso nativo e não nativo das

diferentes línguas. Também não é claro por que razão em 2001 quase 100% da população indicou que falava português, tendo esta percentagem diminuído para cerca de 90% em 2012.<sup>18</sup> Parece-nos também que o número de falantes do *lung'ie* (crioulo do Príncipe) é excessivamente elevado, considerando que especialistas como Maurer (2009) estimam o número de falantes ativos desta língua na casa das dezenas. As respostas a um censo representam sempre um momento de autoavaliação das capacidades linguísticas. Face à pergunta do censo de 2012 “Quais são as línguas que fala?”, os falantes, cuja língua não dominante se encontra num processo de erosão linguística, como acontece com muitos são-tomenses que falam um dos crioulos nacionais, poderão inclinar-se para respostas diferentes, que estão, possivelmente, relacionadas com a atitude linguística individual ou coletiva perante esta ou aquela língua.<sup>19</sup>

Em suma, São Tomé e Príncipe sofreu uma transformação linguística e sociolinguística a partir do último quartel do século XIX que se traduz atualmente na hegemonia do português em detrimento das línguas crioulas autóctones. Esta transição histórica de português L2 para português L1 reflete-se nas características que hoje constituem o português de São Tomé.

### A ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS VERBOS DO PST

O presente artigo basear-se-á na análise de um *corpus* de dados orais do PST recolhido em 2008 e em 2011 na cidade de São Tomé, no âmbito do projeto VAPOR (Variedades Africanas do Português) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.<sup>20</sup> O *corpus* é composto por cerca de 280.000 palavras, correspondentes a 35 horas de gravação, tendo sido recolhido mediante a realização de entrevistas espontâneas a 65 informantes residentes na cidade de São Tomé e em zonas periféricas; os informantes do *corpus* têm idades compreendidas entre os 18 e os 71

anos (numa média de 37 anos de idade) e diferentes níveis de escolaridade, que vão do 1.º ciclo do ensino básico à licenciatura. As entrevistas foram conduzidas por membros do projeto e tiveram a duração média de 30 minutos.

Tendo por base a análise do referido *corpus* e resultados de investigação precedente (R. Gonçalves, 2010), propomo-nos discutir alguns aspetos da estrutura argumental dos verbos nesta variedade, com destaque para as classes verbais mais afetadas. Salientamos, em primeiro lugar, que o *corpus* do PST apresenta um maior número de complementos verbais preposicionados realizados de acordo com a norma europeia (78% vs. 22%).<sup>21</sup> No conjunto dos dados com realização distinta do PE, a omissão de preposições (63%) é significativamente superior à sua substituição (37%), tanto na expressão do objeto indireto como do oblíquo (cf. R. Gonçalves, 2010, p. 32-48). Do conjunto dos verbos mais afetados pela variação nas propriedades de subcategorização, destacam-se, por um lado, os verbos de transferência material ou percetual, como *dar* e *dizer*, por nestes se verificar uma tendência para a (di)transitivização direta, i.e., a seleção de um SN em vez de um SP (R. GONÇALVES, 2010, p. 40, 52-78). Por outro lado, destacam-se os verbos de movimento direcionado, por selecionarem sobretudo um SP, muito embora, por vezes, introduzido por uma preposição distinta da usada pelo PE, como é o caso do verbo *chegar* (GONÇALVES, 2010).

### Verbos de Transferência Material/Percetual

À classe de verbos de transferência pertencem os verbos ditransitivos ou transitivos com argumento interno OI, os quais envolvem a transferência de uma entidade *y* a partir de uma entidade *x* com o papel temático de Origem/Fonte para uma entidade *z* com o papel temático de destinatário. O PST exhibe variação na grelha argumental desta classe verbal no sentido em que, além da estratégia que envolve o marcador de Caso dativo *a* (cf. (1))<sup>22</sup>, exhibe igualmente a

construção de objeto duplo (COD) (cf. (2)) e a construção ditransitiva preposicionada introduzida por *para* (CDP) (cf. (3)).

- (1) a) Pedir opinião *aos colegas mais velhos*.  
 b) Dá um bom rendimento *ao país*.  
 c) Eu pedi-*lhe* que me levasse para o mercado.
- (2) a) *Entrega ø senhor uma cerveja*. (PE = Entrega uma cerveja ao senhor)  
 b) Cavalo *deu ø leão pontapé*. (PE = O cavalo deu um pontapé ao leão)  
 c) *Dou ela* uns cinco contos. (PE = Dou-lhe uns cinco contos)
- (3) a) Isso *cria problema para homem*. (PE = Isso cria problemas aos homens)  
 b) Mãe tem um sobrinho que faz aguardente, *vende para ela*, ela volta a revender.  
 (PE = (...) vende-lhe, ela volta a revender)  
 c) Sempre *digo a eles* que é para esforçar.  
 (PE = Sempre lhes digo que é para se esforçarem)

Os dados do *corpus* do PST atestam a ocorrência destas estratégias,

independentemente de estarem envolvidos verbos plenos ou verbos leves; de o traço semântico do OI ser [+HUM] (cf. (1-2.a) e (1-2.b.)); e de o argumento dativo ser um SN pleno ou pronominal (cf. (3.a) vs. (3.b-c)).

A Tabela 3 apresenta os valores absolutos e em percentagem da ocorrência das estratégias de realização do argumento dativo no *corpus*.

Os dados mostram, por um lado, que a estratégia mais frequente envolve um SN introduzido pelo marcador Caso dativo *a*, no caso de um SN pleno, ou cliticizado por *lhe*, no caso de um SN pronominal. Por outro lado, verifica-se a existência de variação entre a COD e a CDP, sobretudo se considerarmos apenas os SNs plenos (28, i.e. 15% de COD vs. 24, i.e. 13% de CDP). Quando considerados apenas os SNs pronominais, a COD apresenta uma percentagem de utilização mais elevada (23, i.e. 12% vs. 15, i.e. 8%). Além disso, apesar de se registar a possibilidade de o pronome ser preposicionado por *a* ou por *para*, não se regista predomínio do uso de uma preposição sobre a outra; o número de ocorrências das duas estratégias é equivalente (4%). O contraste entre SN pleno e SN pronominal evidencia o papel da pronominalização na produção de COD e justifica o maior número de ocorrências, no total, desta estratégia sobre a CDP (28% vs. 21%), ainda que a variação entre as estratégias seja nítida.

**TABELA 3: Distribuição das estratégias de realização do argumento dativo pleno e pronominal no *corpus*.**

	Valores absolutos	Valores em %	
V SN <i>a</i> -SN (cf. 1.a-b)	46	25%	51%
V Cl.dat SN (cf. 1.c)	49	26%	
V SN SN (cf. 2.a-b)	28	15%	28%
V pron SN (cf. 2.c)	23	12%	
V SN PP (cf. 3.a)	24	13%	21%
V SN <i>para</i> pron (cf. 3.b)	8	4%	
V SN <i>a</i> pron (cf. 3.c)	7	4%	
<b>Total</b>	185	100%	100%

A ocorrência das estratégias ditransitiva preposicionada e de objeto duplo no PST não constitui uma propriedade singular no quadro das variedades do português. Por um lado, tanto o português do Brasil (PB) como o português de Angola (PA) fazem uso da CDP. Porém, na variedade brasileira o SP é introduzido pela preposição *para*, em contextos de OI pleno ou pronominal (cf. (4)) (e.g. GOMES, 2003; MORAIS e BERLINCK, 2007; MORAIS e SALLES, 2010); na variedade angolana, é geralmente a preposição *em* a introduzir argumentos com a função sintática de OI (cf. (5)) (CHAVAGNE, 2005; CABRAL, 2005).

- (4) a) Eu *dei* o livro *para a Maria*.  
(PE = Dei o livro à Maria)
- b) Eu *dei* o livro *pra ela*. (PE = Dei-lhe o livro)
- (5) a) Não *respondo no professor nem no diretor*. (CABRAL, 2005, p. 104) (PE = Não respondo ao professor nem ao diretor)
- b) O tribunal *expulsou-lhes*. (P. GONÇALVES: 2013, p. 5) (PE = O tribunal expulsou-os)

Por outro lado, estudos sobre o português de Moçambique (PM), desenvolvidos desde a década de 90 (e.g. GONÇALVES, 1990; 2002; 2004; 2010), têm descrito as mudanças registadas nos constituintes com a relação gramatical de OD e OI, bem como o papel das línguas bantas no seu desencadeamento. Os argumentos OI ocorrem, tal como os OD, adjacentes ao verbo, legitimando a ocorrência de COD, podendo, inclusivamente ocupar a posição de sujeito em frases passivas (cf. (6)). Além disso, os argumentos OD podem ser regidos pela preposição *a* e cliticizados por *lhe* (cf. (7)).<sup>23</sup>

- (6) a) Os pais escondem *os filhos a verdade*. (P. GONÇALVES, 2010, p. 100) (PE = Os pais escondem a verdade aos filhos)
- b) *Os filhos* são escondidos a verdade (pelos pais). (PE = sem

equivalente)

- (7) a) Eles elogiaram *a uma pessoa*.  
(P. GONÇALVES, 2010, p. 100)  
(Eles elogiaram uma pessoa)
- b) Eles elogiaram-*lhe*. (PE = Eles elogiaram-nos)

Apesar de as estratégias usadas na expressão do argumento dativo serem aparentemente convergentes entre variedades do português, distintamente do PM, os dados do *corpus* do PST não atestam a ocorrência de passivas dativas, nem tão-pouco de OD introduzidos pela preposição *a*.<sup>24</sup> No que respeita aos OD pronominais no PST, registam-se ocorrências do clítico *lhe* (*lheísmo*) (cf. (8.a)) ou de uma forma pronominal forte (cf. (8.b)).

- (8) a) A ideia era defender tese voltado à linguística (...) e eu *auxiliei-lhe* a recolher elementos para tal. (PE = (...) auxiliiei-o a recolher elementos para tal)
- b) Se você não *atacar ela*, ela não ataca você. (PE = Se você não a atacar (...))

Distintamente do que tem sido proposto para o PM, o uso de *lheísmo* no PST não está associado à reorganização das grelhas argumentais. Consideramos, pelo contrário, que está dependente da reorganização do sistema pronominal nesta variedade, a par do que se verifica igualmente noutras variedades do português, designadamente a brasileira (e.g. MORAIS e SALLES, 2007; KATO, MARTINS e NUNES).<sup>25</sup> Na verdade, como faz notar P. GONÇALVES (2013), o facto de diferentes variedades do português exibirem o mesmo fenómeno não quer dizer que esse possa ser atribuído às mesmas propriedades linguísticas. Se, por um lado, o *lheísmo* no PM está associado à reinterpretação que é feita dos argumentos verbais com o traço [+HUM] e, por consequência, da possibilidade de os verbos atribuírem duplo Caso legitimando a ocorrência de COD, o mesmo não pode ser dito sobre o PA, no qual, como

referimos, o OI é tipicamente introduzido pela preposição *em*.

### Verbos de Movimento Direcionado

Outra das classes na qual se observa a alteração das propriedades de subcategorização verbal no PST, comparativamente ao PE, é a dos verbos de movimento direcionado, da qual constituem exemplo os verbos *chegar/partir, ir/vir, entrar/sair* que, no PE, selecionam um argumento oblíquo. Os verbos que compõem esta classe incorporam no seu significado as noções de mudança de localização e da direção em que se processa o movimento (LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV, 1995; AMARO, 2007). Porém, apesar de constituírem verbos de movimento direcionado, no PST, distinguem-se quanto ao tipo de predicado que subcategorizam. Paralelamente à possibilidade de subcategorizarem um SP introduzido por *a* (cf. (9)), como o PE, os verbos *chegar* e *ir* exibem variação entre a seleção de um SN (cf. (10)) ou de um SP introduzido por *em* ou por *para* (cf. (11)).

- (9) a) Assim que eu *cheguei a São Tomé* (...), apanhei lugar logo na Rádio Nacional.  
b) Por vezes eu *vou a uma oficina*,

ele não tem peça...

- (10) a) Quando *chego à casa* é dezassete e trinta. (PE = chego a casa)  
b) O ano passado aqui também *fui à Neves*. (PE = fui a Neves)  
(11) a) Entrar nesse barco para *chegar em ilhéu*. (PE = chegar ao ilhéu)  
b) A gente sempre *vai ao mercado*. (PE = vai ao mercado)  
c) Eu não sou muito muito de *ir para festa*. (PE = ir a festas)

A Tabela 4 apresenta os valores absolutos e em percentagem da seleção de um SN ou de um SP pelos verbos *chegar* e *ir* (adaptado de R. GONÇALVES, 2010).

Os dados mostram que, não obstante a variação, com o verbo *ir*, o número de ocorrências de um SP introduzido por *em* é significativamente mais baixo do que com o verbo *chegar* (8% vs. 35%). Além disso, distintamente do verbo *chegar*, o verbo *ir* apresenta a possibilidade de os seus complementos serem introduzidos pela preposição *para* (14%) (cf. (11.c)), em contextos nos quais o PE usaria a preposição *a*. Apesar de o verbo *ir* no PE também poder subcategorizar SP introduzidos por *para*, no *corpus* analisado em Gonçalves (2010), não foram detetadas omissões desta preposição com este verbo.<sup>26</sup>

TABELA 4: Distribuição das grelhas argumentais dos verbos *chegar* e *ir* no *corpus* do PST (R. Gonçalves 2010).

	Valores absolutos		Valores em %	
	<i>Chegar</i>	<i>Ir</i>	<i>Chegar</i>	<i>Ir</i>
V SN	12	3	24%	5%
V a-SP	21	47	41%	73%
V em-SP	18	5	35%	8%
V para-SP	-	9	-	14%

De acordo com Gonçalves (2010), cuja análise dos verbos de movimento se centra apenas nos verbos *chegar* e *ir*, não foram detetadas alterações significativas na grelha argumental de outros verbos de

movimento. Na verdade, uma pesquisa no *corpus* pelos verbos *partir, vir, entrar* e *sair* permite observar que as propriedades de subcategorização verbal exibidas pelo PE são preservadas com estes verbos (cf. (12)).

(12) a) *De Bombom partimos para Luanda.*

b) Depois *vim para a cidade* com três anos.

c) Primeiro dia que eu entrei na sala de aula eu tive grande, mas grande dificuldade para lecionar.

d) Quando saio de treino, vou para casa.

Os dados sugerem, então, que a tendência para a transitivização direta ou para a subcategorização verbal com uma preposição distinta do PE é maioritariamente observada com classes verbais que, no PE, selecionam argumentos introduzidos por *a*. Esta tendência é confirmada pelo verbo *regressar*, com o qual se observa variação entre um SP introduzido por *a* ou por *para* (cf. (13)).

(13) a) Depois de três anos a dar formação é que *regressei* de novo à *escola-piloto*.

b) Fiquei em Luanda dez anos, *regressei-me para São Tomé* de novo.

A possibilidade de os argumentos de verbos de movimento serem introduzidos por uma preposição distinta da usada pelo PE também não é uma propriedade exclusiva do PST. Tanto no PB, como no PA e no PM, verifica-se a existência de uma generalização do uso da preposição *em* com verbos de movimento direcionado, inclusivamente a argumentos com o papel temático de Alvo e de Fonte (cf. (14) e (15)) (e.g. PB: MOLLICA, 1996; PM: GONÇALVES e CHIMBUTANE, 2004; GONÇALVES, 2010; PA: CABRAL, 2005; CHAVAGNE, 2005).<sup>27</sup> Tal como na realização dos objetos duplos, é reclamado o papel das línguas bantas nas mudanças operadas na gramática dos verbos de movimento do PM.

(14) a) Quando *chegar no fim do ano* (...). (PA: CABRAL, 2005, p. 105)

b) Ele *saiu* então *na casa de banho*. (PA: CHAVAGNE, 2005, p. 226)

(15) a) *Voltou em casa*. (PM:, P. GONÇALVES e CHIMBUTANE, 2004, p. 3)

b) Está a *sair no estúdio*. (*Ibidem*)

No entanto, embora seja possível extrair do *corpus* do PST contextos equivalentes, não é possível afirmar que há uma tendência para a generalização do uso de *em* nesta variedade, tal como tem sido discutido para outras variedades do português. Como deu conta R. Gonçalves (2010), a ocorrência de exemplos como os apresentados em (16) é praticamente inexistente no *corpus* do PST.

(16) a) *Nas árvores sobem* mas os professores não deixam. (PE = Às árvores sobem (...))

b) Água já *vem na torneira* com lixívia. (PE = (...) vem da torneira)

Neste sentido, distintamente de outras variedades do português, nas quais se observa a generalização do uso de argumentos locativos com verbos de movimento, i.e. encabeçados pela preposição *em*, no PST, essa tendência é registada quase exclusivamente com o verbo *chegar*. Cumpre-nos, então, discutir o que determina a selecção da preposição *em* com este verbo, contrariamente a outros verbos de movimento, nomeadamente *ir*, nos quais, como vimos, (quase) não são registadas alterações à grelha argumental.

## DISCUSSÃO

### Verbos de transferência material/perceptual

O fenómeno de alternância dativa caracterizado pela coexistência da COD e da CDP numa língua tem sido amplamente discutido na literatura sobre o inglês. Porém, este fenómeno não é uma propriedade exclusiva do inglês e é observado igualmente em várias outras línguas. Mesmo entre as línguas bantas, nas quais a COD é tipicamente a estratégia usada para a realização do argumento dativo, há casos de alternância dativa (cf. chichewa, *apud* Baker, 1988). No forro, porém, a única estratégia legitimada para a

realização do argumento dativo é a COD, inclusivamente quando o argumento OI apresenta o traço [-HUM], (e.g. HAGEMEIJER, 2007, p. 80), embora, neste último caso, as estruturas tendam a ocorrer apenas com verbos leves, como em (17).

(17) a) Ê *piji san lenha*  
*kopu d'awa.*

3SG pedir senhora rainha  
copo de água

‘Ele pediu um copo de água à rainha.’

b) *Non ka da pema*  
*faka.*

1PL ASP dar palmeira faca

‘Nós fazemos um corte na palmeira.’

Neste sentido, os verbos do forro têm a possibilidade de atribuir duplo Caso, contrariamente ao PE no qual os verbos apenas atribuem Caso acusativo, necessitando, por isso, da presença da preposição *a* para a marcação de Caso dativo. Porém, distintamente de outras línguas que exibem objetos duplos, no forro nenhum dos SNs subcategorizados pelo verbo pode constituir o sujeito de frases passivas, uma vez que esta língua não apresenta uma estratégia de passivização sintática.

Admitimos assim que a ocorrência de objetos duplos no PST, bem como a inexistência de passivas dativas, possa estar dependente da influência da língua que, historicamente, constituiu a L1 dos falantes e com a qual esta variedade do português está ainda em contato. Tal como tem sido defendido para o PM, a existência de um *input* ambíguo na língua-alvo terá contribuído para a fixação de um valor de parâmetro da L1. Segundo P. Gonçalves (1990, 2002, 2004, 2010), a ambiguidade do PE reside, em parte, na possibilidade de o OI ser cliticizado por *lhe*, o que pode sugerir aos falantes que a presença do marcador de Caso dativo *a* não é

indispensável para a gramaticalidade dos enunciados. Assim sendo, parece confirmar-se a hipótese de transferência da L1, contemplada no modelo teórico de aquisição de L2 *Full Transfer/Full Access* (SCHWARTZ e SPROUSE, 1996; WHITE, 2003), de acordo com o qual o estágio inicial para a aquisição da L2 é a gramática da L1. Porém, o facto de nesta variedade do português o OI poder ser igualmente introduzido pela preposição *para* mostra que uma análise baseada apenas na hipótese de contato linguístico é insuficiente para dar conta da variação observada na expressão do argumento dativo.<sup>28</sup>

Na verdade, como vimos, o PST exhibe variação entre COD e CDP. Porém, para assumirmos que essa variação constitui um fenómeno de alternância dativa do tipo exibido por outras línguas, é necessário, em primeiro lugar, que a coexistência das duas estratégias se verifique num mesmo informante. Uma pesquisa no *corpus* do PST permitiu-nos observar que, do conjunto de 65 informantes, apenas 41 produziram COD e/ou CDP.<sup>29</sup> Os restantes ou não produziram nenhum enunciado com dativo ou usaram a estratégia que envolve um SN marcado casualmente por *a* e/ou cliticizado por *lhe*. Além disso, verificou-se que, apenas 29% dos informantes (12 em números absolutos) fazem uso das duas estratégias. Os restantes 71% informantes (29 em números absolutos) usaram apenas uma das duas estratégias (14, i.e. 34%, usou COD; 15, i.e. 37%, usou CDP). Estes valores mostram que a alternância dativa, no sentido em que um mesmo falante dispõe das duas estratégias na sua gramática, não é um fenómeno generalizado nas produções dos falantes do *corpus* e que a coexistência de diferentes estratégias no PST pode ser regulada tanto por fatores linguísticos como por fatores extralinguísticos.<sup>30</sup>

De acordo com Berlinck (1996) e Morais e Berlinck (2006), os verbos de transferência material, como *dar*, *comprar*, *vender*, *entregar* e *devolver*, e de transferência verbal/percetual, como *dizer* e *perguntar*,

distinguem-se de verbos que, além da noção de transferência, envolvem movimento, tais como *remeter*, *enviar*, *levar* ou *trazer*. Ainda segundo Morais e Berlinck (2006), a predominância da expressão do argumento dativo no PB mediante uma construção ditransitiva preposicionada terá sido desencadeada pelos verbos dativos que envolvem literalmente movimento do objeto e não apenas a mudança de possuidor. Como as autoras referem, até meados do século XX, “a preposição *a* predomina quando o complemento inclui um referente humano. Quando, porém, o referente indica um lugar, as chances de termos a preposição *para* encabeçando o complemento aumentam expressivamente” (MORAIS e BERLINCK, 2006, p. 20). Na segunda metade do século XX, o uso da preposição *para* começou a ser mais generalizado no PB, inclusivamente a contextos em que o OI tem o traço [+HUM].

A distinção entre duas tipologias de verbos dativos apresentada na referida literatura sobre o PB foi igualmente proposta por Rappaport-Hovav e Levin (2008) para dar conta da possibilidade de alguns verbos poderem ocorrer nas duas variantes da alternância dativa do inglês e outros poderem ocorrer apenas na CDP. Segundo as autoras, ao passo que o grupo de verbos dativos que apenas expressa a mudança de possuidor do Tema (*core dative verbs*) pode ocorrer tanto na COD como na CDP do inglês, o segundo, composto por verbos que simultaneamente envolvem movimento e a transferência de possuidor (*non core dative verbs*), ocorre apenas na CDP. Ao atentarmos nas COD produzidas pelos informantes do *corpus* que exibem verdadeiramente alternância dativa, verificamos que estas ocorrem, não exclusiva, mas maioritariamente em predicados de verbos que apenas exprimem mudança de possuidor (*core dative verbs*), como *dar* e *dizer*. Por outro lado, as CDP ocorrem com as duas classes semânticas propostas por Rappaport-Hovav e Levin (2008), embora em número significativamente inferior. Uma vez que nem todos os

informantes exibem nas suas produções as duas estruturas, e também porque o número de ocorrências dos verbos das diferentes classes semânticas não é equivalente, não é possível estender em pleno a análise da alternância dativa do inglês aos dados do *corpus* do PST. Porém, dados de elicitación aplicados no terreno corroboram uma tendência para uma maior aceitabilidade de CDP do que de COD com os chamados *non core dative verbs* – especificamente com o verbo *atirar*.<sup>31</sup> Além disso, não se regista uma diferença de aceitabilidade de COD ou de CDP com *core dative verbs*, como *dar* ou *dizer* (e.g. R. Gonçalves, em preparação).

Assim sendo, independentemente das diferenças semânticas dos verbos que ocorrem na COD e/ou na CDP do PST, esta variedade do português exhibe a possibilidade de exprimir o argumento dativo mediante duas estratégias distintas (além daquela que envolve um marcador de Caso ou um clítico dativo, unicamente prescrita pela norma do PE): uma mais próxima do forro com o qual o português está em contacto – a COD; e outra mais próxima de outras variedades do português, como o PA e o PB – a CDP.<sup>32</sup>

### Verbos de Movimento Direcionado

De acordo com Gonçalves e Chimbutane (2004) e Gonçalves (2010), o comportamento de argumentos subcategorizados por verbos de movimento direcionado e de argumentos locativos está em geral, dependente da influência das línguas bantas e das suas propriedades de realização dos constituintes em questão. Os autores consideram que a generalização do uso da preposição *em* a argumentos com o papel temático de Alvo e de Fonte está dependente de uma reanálise dos verbos de movimento direcionado, que passariam a incorporar a informação de direção e a subcategorizar apenas argumentos locativos, dispensando as preposições *a/para* ou *de* que, no PE, tipicamente introduzem os complementos com essas relações gramaticais. Na

proposta destes autores, a mudança nas grelhas argumentais dos verbos de movimento do PM terá na base a transferência das línguas maternas dos falantes. Porém, note-se que, como realça Gonçalves (2013, p. 7), ao considerar-se o papel da transferência da L1 não quer dizer que se encontrem, necessariamente, equivalências de superfície entre essa e a L2. A autora refere que, nas línguas bantas, “nem se encontram equivalentes lexicais das preposições direcionais do PE, *a/de/para*, nem é possível identificar um item lexical equivalente à preposição *em*”. Como tal, a reestruturação das grelhas argumentais dos verbos de movimento direcionado no PM é atribuída à transferência das línguas bantas no sentido em que os argumentos dessa classe verbal são interpretados como SNs locativos, sendo a preposição *em* analisada como marcador morfológico de Caso semântico locativo e não como núcleo de um SP (GONÇALVES, 2010, p. 141).

Tendo em conta esta linha de investigação, vejamos de que modo a variação nas grelhas argumentais dos verbos de movimento do PST pode ser atribuída à transferência do forro ou mediada pelo acesso à GU. Em primeiro lugar, verifica-se que o leque de preposições disponíveis no forro é bastante reduzido, comparativamente ao PE, e que a expressão de direção nesta língua é tipicamente realizada através de serialização verbal.<sup>33</sup> Nesta língua, o estatuto funcional das preposições pode ser preenchido por outros elementos lexicais que não apresentam os traços [-N, -V], nomeadamente nomes [+N, -V], como (*n*)*glêntu* ‘dentro’, *liba* ‘em cima de’ ou *wê* ‘em frente de’, e verbos [-N, +V], como, por exemplo, *be/ba* ‘ir’, *subli* ‘subir’ (para cima), *lentla* ‘entrar’ (para dentro), que tipicamente ocorrem na segunda posição nas construções seriais (e.g. HAGEMEIJER, 2000). A construção de verbos seriais com valor direcional resulta da combinação de um verbo de modo de movimento, como *nda* ‘andar’ ou *kôlê* ‘correr’, com um verbo de movimento direcionado, como *ba/be*

‘ir’ ou *bi* ‘vir’ (cf. (18.a)), embora também seja possível combinar dois verbos de movimento direcionado, como *dêsê* ‘descer’ e *ba* ‘ir’ (cf. (18.b)).<sup>34</sup>

- (18) a) *Bisu vwa subli.*  
(HAGEMEIJER, 2000, p. 79)

pássaro voar subir

‘O pássaro voou para cima.’

- b) *Maya dêse ba fela.*  
(*Ibidem*)

Maya descer ir mercado

‘A Maria desceu até ao mercado.’

Mesmo quando não envolvidos em construções seriais, os verbos selecionam tipicamente um SN. Olhando em particular para os correspondentes lexicais dos verbos analisados no PST, verificamos que, no forro, os verbos *xiga* ‘chegar’ e *ba* ‘ir’ subcategorizam um SN (cf. (19.a) e (20.a)). Além disso, construções em que os mesmos verbos subcategorizam um SP introduzido pela preposição locativa *ni* ‘em, de’ são agramaticais, como atestam os exemplos (19.b) e (20.b).

- (19) a) *Ol’ô ka xiga kinte...*

quando-2SG ASP chegar  
quintal

Quando chegas ao quintal...

- b) \**Ol’ô ka xiga ni kinte...*

- (20) a) *Ê ba ple.*

3SG ir praia

Ele/a foi à praia.

- b) \**Ê ba ni ple.*

Neste sentido, apesar de o PST (quase) não apresentar serialização verbal, a possibilidade de o verbo *chegar*, nesta variedade, exibir as mesmas propriedades de subcategorização do forro pode ser efetivamente decorrente do contato linguístico. A possibilidade de a opção por uma estrutura da L1 se fixar na língua está associada ao facto de os dados

a que os falantes estão expostos não favorecerem a refixação do parâmetro: “either the data needed to force restructuring simply do not exist (...) or the positive data needed are highly obscure, being very complex and/or very rare” (SCHWARTZ e SPROUSE, 1996, p. 42). Recorde-se que o atual *input* a que as crianças estão sujeitas para a aquisição do português é decorrente da aquisição do português como L2, podendo, como tal, contribuir para a fixação de estruturas não convergentes com a língua-alvo. Porém, se, por um lado, se pode admitir que, no que concerne à expressão do argumento dativo, o *input* do português é ambíguo, deixando-se facilmente ser analisado de acordo com a gramática da L1 dos falantes, por outro, o mesmo não se pode dizer em pleno para o processamento dos argumentos de verbos de movimento direcionado. Sobre este aspeto, Gonçalves (2010, p. 142) realça que não só os verbos de movimento do PE que selecionam as preposições *a/para* ou *de* são frequentes na língua como as diferentes preposições estão associadas a diferentes papéis temáticos.

Na verdade, embora se possa considerar que a tendência para a transitivização direta com o verbo *chegar* constitui evidência a favor da transferência da L1, é necessário admitir que o acesso à GU é igualmente efetuado. Não só a tendência para a transitivização direta não é igualmente registada com os dois verbos de movimento em análise, nem é generalizada, no PST, a outros verbos da mesma classe, como a hipótese de transferência das línguas crioulas é insuficiente para dar conta da possibilidade de o verbo *chegar* subcategorizar um SP introduzido por *em*, contrariamente ao verbo *ir*. Assim, admitimos, como em Gonçalves (2010), que a distinção nas propriedades de subcategorização verbal destes verbos está relacionada com os traços semânticos das preposições envolvidas e, sobretudo, com as propriedades aspetuais

dos verbos que subcategorizam os complementos por estas introduzidos.

Embora partilhem a mesma noção intrínseca de Alvo, os verbos de movimento direcionado *chegar* e *ir* distinguem-se quanto à direção do movimento que expressam e quanto às suas propriedades de *Aktionsart*. O verbo *ir* denota um afastamento relativamente ao interlocutor, representando um evento atélico, ao passo que o verbo *chegar* descreve o culminar de um trajeto com aproximação (e estabilização) no ponto de destino, independentemente da localização do enunciador e do interlocutor, representando um evento télico. Como tal, por um lado, o verbo *chegar* descreve, por si só, uma situação que comporta o atingir de uma finalidade, não necessitando, por isso, de uma preposição que veicule essa informação. Por outro, o cumprimento do trajeto e o atingir do ponto de chegada, expresso pelo verbo *chegar*, pode ser efetivamente corroborado, na perspetiva dos falantes do PST, pela seleção de um SP introduzido pela preposição *em* que tem um traço [-dinâmico] ou [+estático] (e.g. MOLLICA, 1996; BECHARA, 2002).<sup>35</sup> Por sua vez, o verbo *ir*, o qual, de acordo com as propriedades de *Aktionsart*, é um verbo atélico, exprime um processo que pode estar ou não acabado; a sua noção de movimento é semanticamente ampla e expressa apenas um processo. Neste sentido, a noção de deslocação que expressa, independentemente de o percurso ter sido ou não cumprido, é reforçada pela preposição *a* ou *para*, que têm o traço [+dinâmico]. Consideramos, assim, que o recurso a diferentes preposições no PST está inteiramente relacionado com a interpretação sintático-semântica que os falantes fazem dos eventos descritos pelos verbos, bem como dos traços que comportam as preposições que introduzem os argumentos por estes subcategorizados.

Uma vez que noção de direção no forro é sobretudo expressa mediante as construções seriais e que as propriedades dessa gramática não permitem responder ao *input* da L2, a

aquisição é mediada pelo acesso à GU: “failure to assign a representation to input data will force some sort of restructuring of the system (‘grammar’) (...) this restructuring drawing from options of UG” (SCHWARTZ e SPROUSE, 1996, p. 41).

## CONCLUSÃO

Neste artigo, mostrámos que a situação de multilinguismo que se observa em São Tomé e Príncipe é resultado de uma série de fatores históricos e sociais que remontam ao período da primeira (século XVI) e da segunda colonização (século XIX). Sobretudo após a independência do país, o português tem vindo a assumir um papel hegemónico em detrimento das línguas autóctones. A transição histórica de português L2 para L1 reflete-se nas características daquela que é atualmente a variedade do português de São Tomé. Relativamente à variação nas propriedades de seleção categorial dos verbos, verificámos que há evidência a favor do modelo teórico de *Full Transfer/Full Access* (SCHWARTZ e SPROUSE, 1994, 1996; WHITE, 2003). Por um lado, observa-se que a tendência para a subcategorização de SNs, tanto com verbos de transferência material/perceptual como com verbos de movimento direcionado, está associada às propriedades gramaticais do forro. Por outro lado, regista-se que uma hipótese baseada apenas na hipótese da transferência da L1 é insuficiente para dar conta da variação na estrutura argumental dos verbos do PST. Para essa, concorrem igualmente fatores como as propriedades aspetuais dos verbos, bem como os traços que comportam as preposições que introduzem os argumentos por estes subcategorizados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, N.; HAGEMEIJER, T. Estratégias de relativização de PPs no mundo luso-atlântico: crioulos de base lexical portuguesa e variedades do português. *In: MOURA, D.; SIBALDO, M. (eds.). Para a História do Português Brasileiro*. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 49-71. Vol. III: Estudos comparativos entre

o Português Brasileiro e Línguas Crioulas de Base Lexical Portuguesa.

ALEXANDRE, N.; GONÇALVES, R.; HAGEMEIJER, T. A formação de frases relativas de PP no português de Cabo Verde e de São Tomé. *In: COSTA, A.; FALÉ, I.; EBARBOSA, P. (eds.). Textos selecionados do XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística 2010*. Lisboa: APL, 2011. p. 17-34.

AMARO, R. 2007. **Computação de verbos de movimento**: construções direccionais. [Lisboa]: Actas da Sessão de Estudantes Dissertando, Comemorações do 75º aniversário do CLUL, 2007

BACELAR, M. F. *et al.* Aspetos da unidade e diversidade do Português: as variedades africanas face à variedade europeia. **Veredas**, v. 9, p. 35-60. Porto Alegre, 2008.

BAKER, M. **Incorporation**: a theory of grammatical function changing. Chicago: CUP, 1988.

BAXTER, A. N. 2004. The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese. *In: ESCURE, G.; SCHWEGLER, A. (eds.). Creoles, contact and language change: Linguistics and social implications*. Amsterdam: John Benjamins, 2004. P. 97-126.

BAXTER, A. N. 2002. Semicreolization? – The restructured Portuguese of the Tongas of São Tomé, a consequence of L1 acquisition in a special contact situation. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 1, p. 7-39, 2002.

BERLINCK, R. de. 1996. The Portuguese dative. *In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDONCK, W. (orgs.). Case and grammatical relations across languages. The Dative, Vol I. Descriptive studies*. Amsterdam: John Benjamin, 1996. p. 119-154.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

- BRANDÃO, S. Concordância nominal na variedade urbana do português falado em São Tomé. **Dossiê Língua, Literatura, Identidades**, v. 33, n. 1, p. 31-42, 2011.
- BRANDÃO, S.; VIEIRA, S. A concordância nominal e verbal no português do Brasil e no português de São Tomé. **Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 22, n. 1, p. 7-39, 2012.
- BRITO, A. M. Grammar variation in the expression of verb arguments: the case of the Portuguese indirect object. **Studies in language and literature**, v. 49, n. 2, 31-58, 2008.
- CABRAL, L. **Complementos verbais preposicionados do português em Angola**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005. Dissertação (Mestrado [em linguística]) – Universidade de Lisboa.
- CHAVAGNE, J.-P. **La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais**, Lyon: Université Lumière, 2005 Tese (Doutoramento em Linguística) - Université Lumière.
- DUARTE, I. 1987. **A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1987. Tese (Doutoramento em Linguística) - Universidade de Lisboa.
- DUARTE, I.; MATOS, G.; FARIA, I. H. Specificity of European Portuguese clitics in Romance. *In*: FARIA, I. H.; FREITAS, M. J. (org.). **Studies in the acquisition of Portuguese**. Lisboa: APL/Colibri, 1995. P. 129-154.
- ESPÍRITO SANTO, C. O crioulo forro: artigos, substantivos e adjectivos. **Revista Camões**, v. 1, p. 54-59, 1998.
- ESPÍRITO SANTO, C. **Situação actual da língua portuguesa nas ilhas de S. Tomé e Príncipe**. Lisboa: Actas do congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo/ICALP, 1983.
- EYZAGUIRRE, P. Competing systems of land tenure in an African plantation society. *In*: DOWNS, R.; REYNA, S. (eds.). **Land and society in contemporary Africa**. Hannover: United Press of New England. 1988. P. 340-361.
- FIRMINO, G. Aspectos da nacionalização do português em Moçambique. **Veredas**, v. 9, p. 115-135, 2008.
- GOMES, C. A variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. *In*: Paiva, M. C.; Duarte, M. E. (orgs.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003. p. 81-96.
- GONÇALVES, P. 2013. Pesquisa sobre nativização do português em Moçambique: contributos teórico-metodológicos. Conferência plenária em SPCL SUMMER CONFERENCE & ACBLPE ANNUAL MEETING. Lisboa, 2013.
- GONÇALVES, P. 2012. Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia? Comunicação apresentada no II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA – Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho. São Paulo, 2012.
- GONÇALVES, P. **A génese do português de Moçambique**. Lisboa: INCM, 2010.
- GONÇALVES, P.. Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: Arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 19, n. 2, p. 225-259, 2004.
- GONÇALVES, P.. The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese. **Second Language Research**, v. 18, n. 4, p. 325-347, 2002.
- GONÇALVES, P. 1990. *A construção de uma gramática de português em moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.

- GONÇALVES, P.; CHIMBUTANE, F. O papel das línguas bantas na génese do português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. **Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 14, p. 7-30, 2004.
- GONÇALVES, R. **A estrutura argumental dos verbos no português de São Tomé: anteposição de PPs**. [Não publicado].
- GONÇALVES, R. Construções-Q e de clivagem no português de São Tomé. In: SILVA, F.; FALE, I.; PEREIRA, I. (eds.). Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, 28. Lisboa, 2013. **Anais...** Lisboa: APL, 2013.
- GONÇALVES, R. 2010. **Propriedades de subcategorização verbal no português de São Tomé**. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Lisboa, 2010.
- GONÇALVES, A.; PAIVA RAPOSO, E. Verbo e sintagma verbal. In: RAPOSO, E. P. *et al.* (orgs). **Gramática do português**. Lisboa: FCG, 2013. P. 1155-1218.
- HAGEMEIJER, T. The Gulf of Guinea creoles: Genetic and typological relations. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 26, n. 1, p. 111-154, 2011.
- HAGEMEIJER, T. **Clause structure in Santome**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Lisboa, 2007.
- HAGEMEIJER, T. **Serial verb constructions in São-Tomense**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Lisboa, 2000.
- KATO, M.; MARTINS, A. M.; NUNES, J. Personal Pronouns. In: **The Syntax of Portuguese**. [Não publicado].
- LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. **Unaccusativity. At the syntax-lexical semantics interface**. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. 2009. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A; RIBEIRO, I. (eds.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.
- LUCCHESI, D.; MELLO, C. A alternância dativa no português afro-brasileiro: um processo de reestruturação original da gramática. **Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 19, p. 153-184, 2009.
- MADEIRA, A. M.; XAVIER, M. F. The acquisition of clitic pronouns in L2 European Portuguese. In: PIRES, A.; ROTHMAN, J. (eds). **Minimalist inquires into child and adult language acquisition: case studies across Portuguese**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.
- MATA, I. **Polifonias insulares: cultura e literatura de S. Tomé e Príncipe**. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- MAURER, Ph. **Principense: grammar, texts, and vocabulary of the Afro-Portuguese creole of the island of Príncipe**. Londres: Battlebridge Publications, 2009.
- MELO E ALMADA, V. As ilhas de S. Thomé e Príncipe: notas de uma administração colonial. **Boletim Geral das Colónias**, v. 5, n. 43, p. 179-187, 1929.
- MICHAELIS, S. et al. (eds.). **The survey of pidgin and creole languages: portuguese-based, Spanish-based, and French-based languages**. Oxford: Oxford University Press, 2013. Vol. 2.
- MOLLICA, M. C. A regência variável do verbo *ir* de movimento. In: SILVA, G.; SCHERRE, M. (orgs.), **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996. p. 147-167.
- MORAIS, M. A. T.; BERLINCK, R. Eu disse pra ele ou disse-lhe a ele: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, A. *et al.* (orgs.). **Descrição, história e**

- aquisição do português brasileiro.** Campinas, SP: Pontes/ FAPESP, 2007.
- MORAIS, M. A. T.; SALLES, H. L. 2010. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese: linguistic symposium on romance language XXXVII LSRL. **Program Plenary Lectures Abstracts**, v. 37. p. 115-116, 2007.
- NASCIMENTO, A. **Relações de poder e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe:** de finais de oitocentos a meados do presente século, Universidade Nova de Lisboa, 2000. Tese (Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2000).
- NEVES, C. A. das. **S. Tomé e Príncipe, na segunda metade do século XVIII.** Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989.
- PONTES, J. **História da educação em África:** um subsídio para a história da educação em S. Tomé e Príncipe, Universidade Nova de Lisboa, 2006. Dissertação (Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2006).
- RAPPAPORT-HOVAV, M.; LEVIN, B. 2008. The English dative alternation: the case for verb sensitivity. **Journal of Linguistics**, v. 44, p. 129-167, 2008.
- RIBEIRO, M. **A Província de S. Thomé e Príncipe e suas Dependencias ou a Salubridade e Insalubridade Relativa das Províncias do Brazil, das Colonias de Portugal e de outras Nações da Europa.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.
- ROUGÉ, J.-L. Les langues des Tonga. In: D'ANDRADE, E.; KIHM, A. (eds.). **Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa.** Lisboa: Colibri, 1992. P. 171-176
- SCHWARTZ, B; SPROUSE, R. L2 Cognitive states and the full transfer/full access model. **Second Language Research**, v. 12, p. 40-72, 1996.
- SEIBERT, G. Angolares of São Tomé island. In: HAVIK, Ph.; NEWITT, M. (eds.). **Creole societies in the Portuguese colonial empire**, 105-126. Bristol: Bristol University Press, 2007.
- SEIBERT, G. **Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe.** Lisboa: Vega, 2001.
- TENREIRO, F. **A ilha de S. Tomé.** Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1961.
- WHITE, L. **Second language acquisition and universal grammar.** Cambridge University Press. 2003.

## NOTAS

<sup>1</sup> Agradecemos aos revisores anónimos pelos comentários detalhados e pertinentes.

<sup>2</sup> A palavra ‘forro’ era utilizada para designar os escravos libertos mediante a carta de alforria. A língua também é conhecida como ‘lungwa santome’, ‘crioulo de São Tomé’, ‘são-tomense’ e ‘dialecto’.

<sup>3</sup> Também conhecida como ‘principense’ ou ‘crioulo do Príncipe’.

<sup>4</sup> Também conhecido como ‘anobonense’. Até 1778, a ilha de Annobón pertenceu à coroa portuguesa, tendo passado para a Espanha. Atualmente integra a Guiné Equatorial.

<sup>5</sup> Esta última língua terá surgido em consequência das fugas de escravos dos engenhos (e.g. HAGEMEIJER 2011; SEIBERT 2007).

<sup>6</sup> Para uma breve descrição sociolinguística e gramatical dos quatro crioulos do Golfo da Guiné, veja-se os respetivos capítulos em Michaelis *et al.* (2013).

<sup>7</sup> À partida, a categoria ‘nativos’ em Nascimento (2000) também inclui, até à abolição da escravatura, escravos, uma parte dos quais provinha de resgates recentes, por exemplo do Gabão, nos séculos XVIII e XIX. NEVES (1989, p. 177) refere que em 1807 havia 6.507 escravos, o que constituía mais de metade da população.

<sup>8</sup> Nas tabelas de Nascimento (2000), baseados nos dados originais, utiliza-se o cabeçalho ‘europeus’ e ‘brancos’ para esta coluna.

<sup>9</sup> *Apud* Espírito Santo (1998, p. 59, nota 1).

<sup>10</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, *São Tomé*, Caixa 13, doc. 31, Príncipe, 25 de fevereiro de 1771. Agradecemos a Arlindo Caldeira por nos ter chamado a atenção para esta passagem.

<sup>11</sup> Depois do português, o caboverdiano é a língua dominante na ilha do Príncipe e a terceira língua em São Tomé, a seguir ao português e ao forro.

<sup>12</sup> Contudo, note-se que Tenreiro (1961) refere que era comum o repatriamento dos serviçais nascidos no continente africano e a retenção dos seus filhos nascidos nas ilhas.

<sup>13</sup> Devem ter sido mínimos os efeitos linguísticos resultantes do decreto de 1878 no sentido de os plantadores proporcionarem educação aos seus empregados e aos respetivos filhos ou do funcionamento de algumas escolas primárias para a população crioula livre (PONTES, 2006), sendo que o liceu nacional apenas abriu portas na década de 60 do século XX.

<sup>14</sup> Desconhecemos a existência de regulamentação oficial nesse sentido, mas registámos muitos relatos orais de são-tomenses que afirmam que a proibição de falar crioulo durante o Estado Novo fez com que os pais procurassem comunicar em português com os seus filhos ou obrigassem os seus filhos a responder-lhes em português, mesmo que esta não fosse a sua língua materna.

<sup>15</sup> Serve de exemplo o programa do XI Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe (2006), onde é assumida a “Promoção do estudo das línguas nacionais, como forma de pugnar pela sua preservação e difusão.” Espírito Santo (1983, p. 256) refere que “[a] política linguística seguida no arquipélago de São Tomé e Príncipe tem como objectivo incrementar a coexistência da língua oficial (português) com os crioulos (...), favorecer o desenvolvimento dos dois sistemas de língua nas escolas, literatura, arte, meios de comunicação social, etc. e, finalmente, reduzir o desequilíbrio existente entre ambos.” Embora estas intenções não tenham, em geral, passado do papel, gostaríamos de salientar que S. Tomé e Príncipe aprovou, mediante Decreto nº 19/2013, publicado em Diário da República nº 102, de 14/08/2014, o Alfabeto Unificado para a Escrita das Línguas Nativas de S. Tomé e Príncipe, que regular a escrita das três línguas crioulas autóctones.

<sup>16</sup> <http://www.ine.st/2012.html>

<sup>17</sup> Os dados de 2012 incluem também o inglês e francês, que excluímos da tabela por serem predominantemente línguas estrangeiras.

<sup>18</sup> Em 2001, o angolano e o caboverdiano não faziam parte do leque de línguas do censo, existindo, no entanto, a possibilidade de assinalar “outro”.

<sup>19</sup> Veja-se P. Gonçalves (2012) para questões relacionadas relativas a Moçambique.

<sup>20</sup> Para mais informações, consultar a página do projecto:

<http://www.clul.ul.pt/pt/investigacao/184-vapor-african-varieties-of-portuguese>.

<sup>21</sup> Gonçalves (2010), sobre o português de Moçambique, e Bacelar *et al.* (2008), com base no *Corpus África*, também referem que, no quadro das construções analisadas nesses trabalhos, o número de produções equivalentes ao PE é superior ao número de estratégias distintas da norma europeia.

<sup>22</sup> Não obstante a estratégia ilustrada em (1) envolver uma preposição, não se trata de uma verdadeira construção ditransitiva preposicionada. O argumento dativo no PE tem um estatuto de SN e a preposição *a* funciona apenas como marcador de Caso (e.g. DUARTE, 1987; GONÇALVES, 1990; BRITO, 2008).

<sup>23</sup> Diferentes estudos têm documentado igualmente a existência da COD no português brasileiro (PB) (SCHERRE, 1996 *apud* LUCCHESI e MELLO, 2009; GOMES, 2003). Porém, como referem Lucchesi e Mello (2009), a COD “só é encontrada em variedades populares do PB (...) [sendo que] para um falante urbano culto do PB, [esta] é uma construção agramatical.”

<sup>24</sup> R. Gonçalves desenhou e aplicou uma tarefa de juízos de aceitabilidade dicotômicos sobre as estratégias de realização do argumento dativo no PST. A tarefa foi aplicada, em 2011, a 40 alunos do Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe. Os resultados dessa tarefa atestam, no entanto, a aceitabilidade de passivas dativas (GONÇALVES, não publicado).

<sup>25</sup> Note-se inclusivamente que o fenómeno de lheísmo é observado na aquisição de clíticos no português L1 e L2, bem como na gramática adulta de falantes do PE L1 (DUARTE, MATOS e FARIA, 1995; MADEIRA e XAVIER, 2009).

<sup>26</sup> Do conjunto das preposições analisadas em Gonçalves (2010) (*a, com, de, em, para*), a preposição *para* foi a que apresentou uma percentagem mais baixa de omissão.

<sup>27</sup> No PM, a preposição *em* ocorre, inclusivamente, em argumentos com o papel temático de Tema, que desempenham as funções gramaticais de sujeito e de objeto direto.

a) *Em casa dele* é aqui em frente. (GONÇALVES e CHIMBUTANE, 2004, p. 3)

b) *Gostava de visitar aqui mesmo na cidade.* (*Idem*)

<sup>28</sup> Um dos revisores sugeriu que a possibilidade de, no PE, os argumentos OI introduzidos por *a* alternarem com um PP introduzido por *para* com o mesmo significado poderá constituir evidência adicional da existência de um *input* ambíguo na língua-alvo, o qual teria motivado a ocorrência de CDP em variação com COD (cf. BRITO, 2008; A. GONÇALVES e PAIVA RAPOSO, 2013). Porém, para assumir tal hipótese, ter-se-ia que considerar que os falantes do PST interpretam do mesmo modo (i) dativos argumentais (introduzidos por *a*) e não argumentais (introduzidos por *para*); e (ii) argumentos que no PE têm diferentes papéis temáticos, designadamente o de Beneficiário e o de Alvo. No entanto, assumir, como GONÇALVES (1990), que o papel temático do constituinte OI é genericamente o de Beneficiário, implicaria que esse papel semântico se referisse sempre a entidades [+ANIM], independentemente do traço [+HUM]. Veja-se, no entanto, que no *corpus* do PST há ocorrência de OIs com o traço [+HUM] e

[±ANIM]. Além disso, o OI introduzido por *para* no PST apresenta inequivocamente o papel temático de Alvo.

<sup>29</sup> Consideram-se apenas os informantes que produziram mais do que um contexto com COD e/ou CDP.

<sup>30</sup> Como outros estudos sobre o PST já fizeram notar, a produção de estruturas mais ou menos próximas do PE é condicionada pelo fator nível de escolaridade (ALEXANDRE, GONÇALVES e HAGEMEIJER, 2011; BRANDÃO, 2011; BRANDÃO e VIEIRA, 2012). Uma análise mais detalhada dos dados do *corpus* por informante mostra que os falantes com mais baixo nível de escolaridade (informantes com o ensino básico) tendem a produzir apenas a COD (24%), ao passo que os falantes com nível igual ou superior ao ensino secundário tendem a produzir apenas a CDP (20%) ou a exibir alternância dativa (24%) (GONÇALVES, em preparação).

<sup>31</sup> Referimo-nos aqui aos dados resultantes da tarefa de juízos de aceitabilidade dicotômicos aplicada por Gonçalves, no âmbito do seu projeto de doutoramento em curso (cf. nota de rodapé 25).

<sup>32</sup> A coocorrência de estruturas próximas do forro, por um lado, e do PE, ou de outras variedades do português, por outro, estende-se, no PST, para além da expressão do argumento dativo. Considerem-se, por exemplo, as estratégias de relativização (ALEXANDRE, GONÇALVES e HAGEMEIJER, 2011; ALEXANDRE e HAGEMEIJER, 2013), bem como as estratégias de formação de relativas, interrogativas e clivadas (GONÇALVES, 2013).

<sup>33</sup> O forro apresenta poucas verdadeiras preposições, a saber: *di* ‘of’, *ni* ‘em/de’, *antê* ‘até’, *jina* ‘de/desde’, *sê* ‘sem’ e *ku* ‘com’.

<sup>34</sup> Note-se que as construções seriais não são, tipicamente, transferidas para o PST.

<sup>35</sup> Segundo Bechara (2009), as preposições *a* e *para* exibem o traço [+dinâmico] e caracterizam-se por veicularem movimento de aproximação ao ponto de chegada. Distinguem-se, entre si, por a primeira comportar a noção de “chegada ao limite” e a segunda veicular uma “mera direcção”. A preposição *em*, por sua vez, está associada ao traço [+estático].